

Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), Secção A Ordem de Cristo e a Expansão  
em co-organização com:  
Centro de História de Aquém e de Além-Mar (CHAM) / Universidade Nova e Universidade dos  
Açores; Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) / Universidade Católica Portuguesa;  
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS) /  
Universidade de Évora; Centro de Estudos em Ciências das Religiões (CECR) / Universidade  
Lusófona de Humanidades e Tecnologias



## **CONGRESSO INTERNACIONAL OS JERÓNIMOS NO MUNDO LUSO-HISPÂNICO: HISTÓRIA, ARTE E PATRIMÓNIO**

**Lisboa, 22 a 25 de Julho de 2015**

### *Resumos das Comunicações*

Coordenação

**Fernando e Madalena Oudinot Larcher**

**LISBOA**

**2015**

## **CONSTRUINDO O PARAÍSO. O JARDIM DO CLAUSTRO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELÉM**

*ANA DUARTE RODRIGUES*

Doutora Hist.Arte [FCSH-UNL]; [FC-UL];  
CIUHCT; CHAM / FCSH-UNL e UAç;  
CHAIA

A associação entre jardim e paraíso data da antiga Pérsia onde se denominavam os parques fechados de paradaeza vistos e admirados por Xenofonte, que acabou por apelar o seu jardim de paradeisos em memória dos parques persas. Ainda que de forma lata o significado de paraíso, enquanto lugar ideal, esteja sempre presente no jardim, enquanto paisagem ideal, a verdade é que no mundo cristão encontrar-se-á no claustro o local por excelência de criação do Paraíso Terrestre. Em todo o complexo do mosteiro fechado e delimitado pela sua cerca, a clausura percebida no todo, espelha-se de forma perfeita no claustro, com o qual partilha a raiz etimológica.

No entanto, e apesar de em teoria esta construção ter vingado, a verdade é que existe um número muito reduzido de claustros, tanto em termos internacionais quanto nacionais (Rodrigues 2015), onde se reconheça claramente a vontade de criação do Paraíso Terrestre com a Fonte da Vida da qual partem os Quatro Rios do Paraíso. O antigo jardim do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém é uma destas exceções. Efetivamente, é um dos casos raros onde realmente existiu uma fonte, na ilha, rodeada por um tanque quadrado, visualmente dividido em quatro por passadiços, evocando assim com a presença da água, os rios do Paraíso.

O jardim do claustro do Mosteiro dos Jerónimos nunca mereceu muita atenção por parte da historiografia até hoje, possivelmente por já ter desaparecido (1833) ou por ser anulado perante a beleza e importância da obra de arquitetura que o rodeia, da autoria de João de Castilho. Assim, restam apenas um pequeno texto onde ressalta as razões para a sua destruição já em oitocentos (Ferreira, 1913) e alguns documentos publicados na obra de restauro do claustro (2006), constituindo a principal fonte para o seu estudo a litografia de William Barclay incluída no álbum *Le Portugal Pittoresque et Architectural* (Museu da Cidade, Lisboa, séc. XIX). Aqui conseguimos visualizar o jardim quinhentista.

O jardim do claustro, com o seu tanque quadrangular, ilha com fonte e templete, alegretes e cobertura a azulejo enxequetado branco e verde, foi construído entre 1567, data em que André Gonçalves retirava terra do tanque, e 1570, quando foi feita a medição e avaliação do mesmo por Francisco Esteves, Domingos Fernandes, Dinis Carvalho e o pedreiro Pedro Nunes. A obra é da autoria de Jerónimo de Ruão, filho do

famoso escultor do Renascimento João de Ruão, e o tanque foi executado pelo pedreiro João Dinis.

Revisitando toda a bibliografia e documentação manuscrita e iconográfica sobre o jardim do claustro do Mosteiro dos Jerónimos, neste trabalho pretendemos demonstrar o carácter de exceção do jardim do claustro dos Jerónimos, que não se deve à ordem religiosa que o encomenda, mas sim a uma família de arquitectos que no seu seio partilhavam ideias e formas, pois o outro único caso similar (no sentido de construção de uma certa imagem de Paraíso) é o Claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, onde trabalhara João de Ruão, pai de Jerónimo de Ruão. Para além do Claustro da Manga, propomo-nos a utilizar a metodologia comparativa para o estudo de elementos específicos do mesmo período cronológico como o caso do Palácio da Vila e da Quinta da Bacalhoa que apresentam o mesmo tipo de azulejos e o caso da Quinta das Torres com um tanque quadrangular, possivelmente com as mesmas dimensões.

Com este trabalho esperamos mostrar o carácter excepcional do património perdido e interpretar as formas arquitectónicas à luz de um círculo de arquitectos a trabalhar em Portugal no tardo-Renascimento.

## **OS JERONIMOS ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA**

*ANTÓNIO HOMEM CARDOSO*

## **O CREDO NA ARTE: A TAPEÇARIA DO CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS DE BELÉM, EM LISBOA**

*FR.ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, OP*

Doutor [Un.Porto], Pos-doutorando [Un.Porto]

El-rei D. Manuel I adquiriu para o Mosteiro dos Jerónimos em Belém, Lisboa, um conjunto de tapeçarias flamengas, executado com toda a probabilidade em Bruxelas, em finais de Quinhentos, figurando os artigos do Símbolo ou Credo dos Apóstolos. Estas eram expostas no claustro grande desse mosteiro por altura das procissões. É da primeira tapeçaria deste conjunto, a única que sobreviveu, que se fará a análise nesta comunicação. Medindo 427 x 833 cm., essa tapeçaria encontra-se hoje no Museum of Fine Arts de Boston.

## CULTURA E ESPIRITUALIDADE NOS JERÓNIMOS PORTUGUESES

*CÂNDIDO DOS SANTOS*

Doutor, Ex-Vice-Reitor da Un.Porto

1. Foi de grande relevo a ação cultural desenvolvida pela Ordem de S. Jerónimo em Portugal. Sobretudo no século XVI. No século anterior na havia na Ordem hieronimita estudos regulares, “estabelecimento de collegio nem formalidade de estudos”, embora houvesse alguns monges com empregos que se não podiam desempenhar sem letras. No século de quinhentos os monges hieronimitas vão desempenhar um papel de primeiro plano na difusão do humanismo, a nova corrente de ideias que circulava na Europa. Os grandes obreiros dessa mudança são Frei Brás de Braga e Frei Diogo de Murça. O primeiro em Santa Cruz de Coimbra, de Cónegos Regrantes; o segundo no mosteiro da Costa, em Guimarães, e, de seguida, na Universidade de Coimbra. Em Santa Cruz de Coimbra Frei Brás dirigiu a sua atividade no sentido da reforma da vida monástica e da reforma dos estudos. Fez publicar umas novas Constituições (Livro das Constituições e Costumes que se guardam em Santa Cruz) e traduziu o Espelho de Perfeição de Harpius, o mais direto discípulo de Ruysbroeck. Como reformador dos estudos fundou dentro do mosteiro os colégios de Santo Agostinho e S. Pedro. Começaram aí os estudos em 1534. A partir de 1537, (data da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra), umas constituições aprovadas pela bula *Ut respublica christiana* de 23 de Março de 1537, autorizavam a concessão de graus académicos nos colégios de Santa Cruz, designados como Universidade: *Frater Blasius... collegia ac Universitatem studii generalis in dicto monasterio instituit... Como Universidade os estudos de Santa Cruz gozavam de todos os privilégios, liberdades prerrogativas, exceções e graças de que usufruíam outras instituições como a Universidade de Paris, Salamanca e Alcalá. O modelo para as Constituições dos colégios Frei Brás foi busca-lo á Universidade de Paris. Os estudos eram de carácter humanista. Abominava-se a escolástica da decadência: “Que nam se leam nem ouçam em nossos collegios sofistaria”.*

Frei Diogo de Murça foi prior do mosteiro da Costa, e também aí fundou uma pequena Universidade com autorização pontifícia para conceder graus. Também aí o ensino era de carácter humanista, e, ao que parece, não era desconhecida a figura de Erasmo. Em 1545 Frei Diogo foi chamado a dirigir a Universidade de Coimbra.

Na segunda metade do século XVI a Ordem teve uma notável figura de exegeta e escritor. Hoje é conhecido, sobretudo, como autor da *Imagem da Vida Cristã*. O grande centro de formação superior dos monges era o colégio de S. Jerónimo de Coimbra. Na segunda metade do século XVII vários Mestres formados nesse colégio ocuparam cátedras de Teologia na Universidade: Frei Miguel Valentim, Frei António de S. José, Frei Cristóvão de Santa Maria, etc.

2. A análise possível dos escritores espirituais dos monges de s. Jerónimo não permite afirmar que a Ordem tenha sido fundada com um programa definido de espiritualidade. Cada autor é tributário das correntes do seu tempo. Frei Vasco de Portugal, fundador da Ordem, reflete a influencia das correntes do franciscanismo, o

que não surpreende, se pensarmos no seu longo convívio com o terceiro franciscano, Tommasucio da Foligno. Por outro lado, os laudes ou hinos de jacob, que teria aprendido e copiado nos meios heremíticos italianos e dos quais Frei Siguenza vira ainda no mosteiro de Córdova para cima de oitenta, revelam semelhanças com os laudi do franciscano espiritual Jacopono da Todi.

As coordenadas espirituais do monge de S. Jerónimo eram definidas pelas virtudes de humildade de pureza de coração, pela pobreza e desprendimento dos bens terrenos, tudo alimentado pela oração litúrgica e individual. O serviço divino estava no centro da vida do mosteiro. Frei Diogo de Jesus deixou-nos nos meados do século XVII uma divisão do tempo ao longo do dia segundo as horas canónicas. A perfeição do serviço quotidiano dos monges resplandecia nas sete horas canónicas e na missa. As horas canónicas, recitadas “gravi pausa e longa morula” ou cantadas “suavi melodia vocum et instrumentorum in choro” prolongavam-se em cada dia por espaço de sete horas.

Também a oração mental era praticada. A primeira referencia conhecida que estabelece a obrigação de meia hora de oração mental surge no capítulo provincial de 1565. E o místico do século XVI, Frei Miguel de Valença, confessor de reis e príncipes, aconselha a oração metódica a uma das suas discípulas. A obrigatoriedade da oração mental continua no século seguinte (testemunho de Frei Diogo de Jesus).

Na obra de santificação pessoal os monges de S. Jerónimo não tinham em linha de conta apenas a oração litúrgica e individual. Cultivavam simultaneamente os valores ascéticos: jejuns, abstinências e penitências.

As linhas gerais da vida espiritual destes religiosos não configuram uma espiritualidade própria. Assim, parece de manter o que já se escreveu acerca dos jerónimos espanhóis: a Ordem hieronimita, ainda que sob o patrocínio do grande solitário de Belém, foi de orientação agostiniana e nas obras do bispo de Hipona buscou alimento e inspiração (Angel Custodio Vega).

## **O MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS DE VALE BENFEITO: CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO A PARTIR DO PROCESSO DE EXTINÇÃO**

*EDITE MARTINS ALBERTO*

Doutora [ICSH/Un.Minho]; CHAM - FCSH/UNL-  
Uaç; CITCEM – Un.Minho

Depois de fundado nas ilhas Berlengas em 1513, o mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia da ordem de S. Jerónimo passou para o Vale Benfeito (Óbidos), em 1548. No novo edifício, erigido por intervenção da rainha D. Catarina, os religiosos procuravam fugir às difíceis condições de sobrevivência em que viviam, agravadas

pelos constantes ataques de piratas e corsários que nas ilhas procuravam refugio. O mosteiro, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, foi alvo de atenção dos diferentes monarcas nomeadamente por D. João IV, D. João V e D. Maria I, que o visitaram com frequência, favorecendo-o com doações e mercês.

Em 1834, no âmbito da reforma eclesiástica, foi extinto e seus bens incorporados na Fazenda Nacional para, posteriormente, serem vendidos e dispersos por várias instituições e localidades.

Partindo da análise do inventário desta casa religiosa, elaborado em consequência do processo de extinção, e da identificação de vestígios arquitectónicos e ornamentais ainda existentes, pretendemos contribuir com novos dados para a descrição deste mosteiro.

## **HISTORIOGRAFÍA DE LA ORDEN DE SAN JERÓNIMO**

*F. JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, OSA*

Doutor; Doutor Hon.Causa [St.Thomas University]; Bibliotecário e Director do Instit.Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas; ex-Reitor dos Estudios Superiores del Escorial (Madrid)

Los textos jerónimos que historian la orden tienen un origen común y un mismo destino, aunque la calidad resultante esté directamente unida a la preparación personal del autor, las fuentes de información a las que tuvo acceso cada uno de los escritores, el tiempo disponible para hacerlo y la ilusión puesta en llenar de contenido los períodos intercapitulares, ya que ese fue el módulo que utilizaron sistemáticamente como estructura interna de la obra.

En primer lugar, los historiadores dejan constancia al comienzo de sus respectivas obras que acometen la empresa en respuesta al mandato recibido de los superiores; además, reconocen que toman por guía y pretenden seguir a Sigüenza que se convirtió en paradigma, tanto por la calidad literaria de la obra como por la doctrina religiosa y monástica que encierra.

También es importante tener presente que fin primordial de estas obras es que sirva para perpetua memoria de lo bueno que hicieron las pasadas generaciones estimulando a los lectores a imitar aquellos ejemplos, sin olvidar los errores cometidos para tratar de evitar tropezar en aquellas piedras de escándalo y caer en las trampas que la relajación trajo a los claustros.

Con sentido de responsabilidad institucional el P. Sigüenza dedica la Primera Parte de su Historia (Vida de San Jerónimo), “a la religión de San Gerónimo”,

consciente de la importancia y trascendencia que tendrá una publicación que se va a difundir por todos los monasterios de la orden -y será leída por la mayoría de los religiosos, algunos con mirada crítica-, queriendo dejar constancia indeleble también de su compromiso personal.

Fiel a ese objetivo moral que de la lectura de los hechos del pasado de la orden deben sacar los religiosos -partiendo de la búsqueda de la verdad que es el fin del que ha partido-, lo coloca como frontispicio al comienzo de la Segunda Parte de su Historia. Y todavía al comienzo de la Tercera Parte deja un mensaje lacónico tan contundente y agudo como suele hacer cuando quiere dar doctrina y responder veladamente a comentarios escuchados: “Yo escribo para quien no duerme y me entiende y sabe dar el nombre a cada cosa por lo que es. Para Ellos solo proseguiré el discurso de esta religión como mejor pudiere”.

Prueba de que es historia eclesiástica y está escrita fundamentalmente para sus hermanos jerónimos, así se lo explica en la dedicatoria a Felipe III:

“Bien veo que no es muy a propósito para la edad ni para las graves ocupaciones en que ahora está V.M. envuelto historia de monjes, claustro, mortificaciones, silencio, cilicio y otras cien cosas de este género, más también considero que no tienen otro patrón ni amparo”.

Cuatro años después repite la misma idea en la nueva dedicatoria que hace al monarca:

“Bien veo hay ocasión de decir no ser ésta de las Historias en que se han de ocupar los reyes, donde en el discurso de ella hay pocas cosas a propósito para tan alto estado, que ni sale de los mojones de España, ni aún dentro de ella se extiende a más de unos pocos frailes encerrados, solos, apenas conocidos... y que, como ni a tales monjes les está bien escribir Historias de reinos... así no es a propósito que reyes tan grandes pierdan tiempo en saber las menudencias de los monasterios...”.

El haber elegido Felipe II como moradores de San Lorenzo del Escorial a los jerónimos significó el encumbramiento de esta casa hasta ocupar un puesto de protagonista en el ámbito interno de la religión, como a la orden, en el panorama eclesiástico de los regulares españoles.

A partir del ofrecimiento del futuro monasterio hecho al capítulo general en abril de 1561 y la aceptación del mismo, la Orden de San Jerónimo experimentó institucionalmente un cambio radical, puesto que a partir de entonces todo girará en función del Escorial, con envidias y recelos de algunos monasterios y algunos religiosos que veían mudanzas de las cosas. No deja de ser sintomático que la Historia General de la Orden haya sido escrita por monjes escurialenses (Sigüenza, Santos, Núñez, publicadas las dos primeras en su momento), mientras que los otros dos casos (Juan de la Cruz y Francisco Salgado), con obras tan válidas como las anteriores, o casi, hayan quedado inéditas, conservándose los originales en la biblioteca laurentina.

Creemos que se ha resaltado poco que San Lorenzo es un edificio jerónimo en cuanto a su concepción monástica y a la distribución conventual de espacios. Los religiosos más próximos al rey durante la construcción (A. de Villacastín, J. de Huete,

J. de Colmenar, H. de Ciudad Real, J. de Tricio, M. de Alaejos...), tuvieron que insistir y rogar a Felipe II para que aceptase sus sugerencias e integrase sus propuestas en la obra que se proyectaba, así como durante la construcción. Juan de San Jerónimo y Sigüenza recogen esta idea. Cuando el capítulo general recibe el ofrecimiento del rey designa a dos religiosos (Huete y Colmenar), porque eran expertos en arquitectura; cuando Felipe II ordena el encuentro del día de San Andrés de 1561 quiere que estén presentes los jerónimos como futuros moradores “y se platique en las demás cosas concernientes al edificio; y si tuviéredes la traza de esa casa de Guisando, o supierdes de alguna otra que sea buena, traerla héis con vos”; y el padre general le recuerda a fray Juan de Colmenar que “si alguna traza tiene de esa casa o sabe de alguna que sea buena de algún monesterio de nuestra orden, vuestra Reverencia se la traiga consigo cuando venga porque S.M. quiere ver algunas trazas de monesterios si las hobiere. Al padre prior de Zamora [fray Juan de Huete] escribo traiga la de Zamora y la de Benavente cuando”.

En la correspondencia de la primera época queda recogida la insistencia del rey y del padre general, etc. para que los jerónimos vean el lugar del monasterio y hablen de cosas convenientes al edificio. Asimismo el prior fray Juan de Huete pidió reiteradamente a Juan Bautista de Toledo la necesidad de visitar monasterios jerónimos para que conociese la organización de espacios propios de la orden.

El P. Sigüenza acomete la empresa de escribir la historia particular y describir la fábrica de San Lorenzo el Real -como hace con la Historia General-, principalmente para que los jerónimos comprendan los entresijos de la compleja fundación filipina y el compromiso moral de los monjes del Escorial y de toda la orden con el monarca, consciente de que no es tarea fácil:

“¿Cómo saldré de tantos laberintos? No sé, procuraré, al menos, que no quede cosa intrincada ni oscura, así para mis religiosos, a quien particularmente enderecé esta Historia desde sus principios”.

## **A VISÃO DO MUNDO NOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELÉM**

*FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS*

Doutora em Hist. [FCSH-UNL]; Pós-Grad.em Cienc.Documentais [FL-UL]; Ex Sub-Dir.da BNP; CHAM / FCSH/UNL-U.Ac

Entre 20 de Janeiro e 26 de Fevereiro de 1834 encerrava-se definitivamente a biblioteca do mosteiro de Santa Maria de Belém. Foi utilizado para efeitos de inventário, um catálogo elaborado em 1819 intitulado *Bibliotheca regalis exempti Monasterii Sanctae Mariae de Bethlem ex Instituto S.P.N. Hieronymi Doctoris Maximi Catlogus secundum auctore cognomina* [...]. Da análise desse catálogo hoje na



Biblioteca Nacional de Portugal (COD. 8382) ressalta o volume impressionante de obras (c. 4000), a variedade de temas cobertos nas leituras dos monges de S. Jerónimo e o arco cronológico das edições, do século XV ao XIX. Enquanto instrumento de busca, o catálogo revela um elevado apuro técnico na redacção das entradas catalográficas, uma apresentação cuidada e de grande legibilidade e a utilização intensiva de práticas destinadas a permitir a pesquisa por grandes géneros literários. O encerramento desta biblioteca acompanha o do próprio mosteiro, antecedendo de alguns meses a exclausura ordenada por Decreto de 28 de Maio de 1834. Quanto ao processo de arrecadação dos livros, este foi um exemplo particular de incúria pois não só se dilatou no tempo, facilitando roubos e vandalismo, mas também veio a conhecer um tipo de dispersão que torna relativamente raros os livros que ainda hoje encontramos desta proveniência.

Sendo o mosteiro dos Jerónimos (1499-1834) a cabeça da Ordem em Portugal e tendo representado a importante função de panteão régio no século XVI, o conhecimento que hoje podemos ter dos conteúdos da sua biblioteca permite formar uma opinião mais sustentada sobre as leituras dos Jerónimos e, desse modo, perceber as áreas de estudo que prosseguiram ao longo dos séculos da sua existência.

O objectivo desta comunicação pretende centrar-se, numa primeira parte, sobre a organização da biblioteca e as grandes classes temáticas que nela encontramos, utilizando para tal o catálogo já citado e outro elaborado em 1769, para a Real Mesa Censória. Numa segunda parte, propomo-nos analisar um conjunto de obras, de diversas épocas, onde nos apercebemos do interesse dos monges jerónimos de Belém pelo conhecimento do mundo. Dos atlas aos tratados e dicionários de Geografia, dos relatos e crónicas dos descobrimentos à literatura de viagens, das monografias sobre países e regiões às descrições de cidades, a biblioteca dos Jerónimos é um exemplo, entre as bibliotecas de instituições religiosas, da importância do livro e da leitura, não só como sustentáculo culturais e científicos.

## **A SIMBÓLICA DAS FACHADAS DA IGREJA DOS JERÓNIMOS**

*FERNANDO ANDRADE LEMOS,*

Doutorando [Un.Salamanca], C.Cultural Eça de Queiros;

*ROSA TRINDADE FERREIRA,*

Doutora em Cienc.da Arte [FBA/UL], APH, C.Cultural Eça de Queiroz;

*CARLOS REVEZ INÁCIO,*

LicHist.[FCSH/UNL] Histor.CML, C.Cult.Eça de Queiroz,;

*JOSÉ ANTÓNIO SILVA,*

Resp.núcleo Arq.Fot.do ANTT, C.Cult.Eça de Queiroz

Pela sua decoração e grandiosidade, as fachadas do Mosteiro dos Jerónimos ultrapassam o significado de simples entradas.

A riqueza iconográfica e a sua disposição no espaço revelam uma simbólica muito própria que nos permite concluir da sua função última e principal.

Assim, na fachada Sul, voltada para a posição do Sol, podemos ver um autêntico tratado de iniciação, encimado pela Cruz de Cristo, verdadeiro mapa das navegações portuguesas.

A fachada Oeste, com os 6 Apóstolos na parte interior e diversas manifestações referentes ao nascimento de Cristo, na parte superior, permite concluir que nos defrontamos com a noção de tempo.

Assim, tempo e iniciação constituem as palavras-chaves e os sentidos últimos das fachadas do Mosteiro dos Jerónimos e definem a sua realização na época e a sua beleza misteriosa e misteriosa ao longo das eras

## **OS MOSTEIROS JERÓNIMOS COMO PANTEÕES DAS CASAS REAIS HISPÂNICAS**

*FERNANDO LARCHER*

Doutor [Univ.Cat.Louvain], SGL, CHAM/  
FCSH-UNL – UAç.; IPT

1. É bem sabido, que uma das formas pelas quais as dinastias manifestaram a sua afectividade às Ordens religiosas foi a escolha do seu local de sepultamento.

Avaliação relevante para a Ordem Jerónima, institucionalizada na Hespanha, nos finais do séc.XIV, cujas casas maiores registam o maior número de monarcas peninsulares sepultados: dezassete, dos quais, um da dinastia Trastâmara, quatro, ou seja a totalidade, dos Avis-Beja, cinco, igualmente a totalidade, dos Habsburgos da Espanha, e sete dos nove Borbons. Aludindo às nacionalidades, um castelhano, quatro portugueses, três que foram em união pessoal reis de Espanha e de Portugal, e nove que posteriormente foram apenas espanhóis.

E não contamos já com D.Afonso VI que, de Belém, foi trasladado, nem naturalmente com esse D.Dinis, filho de Inês, rei de Portugal só na lápide de Guadalupe.

2. Com efeito, se em Santa Maria de Guadalupe jaz um só rei, o desditoso Henrique IV, e se São Jerónimo de Yuste foi só transitariamente túmulo isolado do grande Carlos V, dois outros mosteiros jerónimos em solo hispânico concentraram dinastias nos panteões que aí se constituíram: primeiro, Santa Maria de Belém, junto às areias da foz do Tejo, iniciado por ordem de D.Manuel em 1501 ou 1502; meio século volvido, *San Lorenzo El Real*, erguido por Filipe II no centro das terras da Espanha, relembrando a vitória de Saint Quentin em 1557, no dia daquele santo padroeiro. Ambos entregues à Ordem de São Jerónimo, no dizer de Filipe “pela particular afeição e devoção que a esta Ordem temos, e a teve o Imperador e rei meu senhor.”

3. Percursos diferentes de constituição. Belém, tornou-se panteão, o Escorial, talvez porque posterior, nasceu panteão.

Belém tem de aguardar, quinze anos sobre o início da sua edificação, o testamento régio, lavrado em Abril de 1517 no mosteiro jerónimo da Penha Longa, para se saber sepulcro do rei. Dele só. Nenhuma alusão a eventual tresladação da rainha acabada de inumar no capítulo de Xabregas, ou ao sepultamento de algum outro familiar.

Sem que se conheça com precisão a razão da escolha régia, é certo que Belém sucede à dominicana Batalha, encerrada com o féretro de D.João II.

Não permanecerá D.Manuel só, nem na ermida-igreja primitiva, nem menos ainda depois da tresladação para a grandiosa igreja do mosteiro que edificara, nas terras que escambara com a sua Ordem de Cristo a favor dos jerónimos. Juntar-se-lhe-iam filhos e netos, nomeadamente os três monarcas Avis-Beja seus sucessores, ainda que estes, eventualmente, tenham elegido antes outro solo para sepultura: D.João III, o Convento de Tomar; D.Sebastião, Santa Cruz de Coimbra, com eventual passagem por São Vicente, antecipando-se neste particular à escolha da dinastia bragantina; D.Henrique, ainda Cardeal infante, o Colégio do Espírito Santo da Companhia em Évora, criação sua, opção, no entanto, corrigida no seu testamento régio de 1579.

Em *San Lorenzo el Real*, o panteão ocupara de raiz pensamento fulcral. Testemunha-o a carta de fundação de 1567, na qual Filipe II relembra a incumbência paterna de decidir da sepultura dos imperadores seus pais, e afirma a vontade de ser sepultado junto destes, das suas mulheres, a falecida princesa D.Maria e a rainha D.Isabel, dos infantes D.Fernando e D.João seus irmãos, e das suas tias, D.Leonor e D.Maria, outrora rainhas consortes respectivamente de Portugal e de França, e da Boémia e Hungria.

4. Sofreriam os dois espaços sepulcrais evoluções que se traduziram em redefinições e consequentes trasladações. Numa simultaneidade quase perfeita da concretização arquitectónica, reúnem-se em cada um dos panteões as dinastias irmanadas.

Em Belém, acabara-se em 1572 o novo altar-mor encomendado a Jerónimo de Ruão por D.Catarina. Três pares de elefantes receberam os reis sogros desta e o seu marido, nos mausoléus que suportavam, enquanto o quarto par ficaria aguardando pouco mais de década o seu próprio corpo.

Dois anos depois, na outra Hespânia, no início de Fevereiro de 1574, o irmão de Catarina, o imperador Carlos, é trasladado de Yuste para o Escorial, bem como a imperatriz Isabel de Portugal vinda de Granada, acompanhando-os os corpos de vários familiares próximos.

5. Agosto de 1578, mais do que a trágica morte de um rei, anunciava a união pessoal dos reinos hispânicos. Durante sessenta anos teremos três gerações de dois reis – o de Espanha e o de Portugal - num só titular. E um só titular carece de um único túmulo. Os túmulos dos reis de Portugal serão, agora, os dos reis de Espanha, no jerónimo Escorial.

Filipe alcançará também reunir os ramos da Ordem Jerónima. Um breve de Clemente VIII, datado de 9 de Maio de 1595, unia e incorporava os mosteiros jerónimos de Portugal aos de Castela, estando já presentes as nove casas portuguesas no Capítulo geral de 1597: Belém, Penhalonga, Mato, S.Marcos, Espinheiro, Pena, Costa, Valbemfeito e Colégio de Coimbra.

Será também por vontade de D.Filipe, jurado I de Portugal no ano anterior, que, na sua presença, em Dezembro de 1582, ficarão reunidos, em Belém, todos os Avis-Beja que empunharam o ceptro, as mulheres dos dois primeiros, únicos que as tiveram, e os inúmeros irmãos e filhos, vários vindos de longe, como os príncipes e infantes crianças que o amargurado D.João III entregara às orações dos monges do jerónimo mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, junto a Évora.

Assim, quatro anos e meio depois de Alcácer-Quibir, D.Sebastião, que jogara com imprudência a sua grandeza nos areais magrebins, ofertando a coroa de Portugal ao seu tio Filipe, repousava, pela mão deste, junto dos seus antepassados, *si vera est fama*. Acto político filipino para consciencializar a nação de que, do seu *esperançoso* rei, não restava mais do que um corpo a sepultar, ou intenção de ordenar piedosamente a dinastia que findara?

Infatigável, a foice da morte continua a cumprir o seu desígnio. Em 13 de Setembro de 1590, encontraria, no seu quarto do Escorial, o próprio Filipe, rei de Espanha e de Portugal, mudando-lhe o aposento para junto de seus pais. Menos de duas décadas volvidas, seu filho e sucessor determinará o início da construção do novo *Panteão dos reis*.

6. Em 1640, no meio das espinhosas dificuldades externas da Espanha, Portugal reivindica, no primeiro de Dezembro, o direito a ter rei exclusivo. Os reinos da Hespânia voltam a ter dois titulares distintos quando D.João IV inicia a dinastia de Bragança. E, não será de estranhar, re-separam-se os jerónimos de Portugal e de Espanha...

Santa Maria de Belém vê-se panteão restaurado quando, em 1653, o angustiado casal régio, deposita sob o sacrário do Altar-mor, o herdeiro D.Teodósio, primeiro príncipe do Brasil, seguindo-o, escassos meses passados, a infanta D.Joana, primeira princesa da Beira, mal acabada de completar os dezassete.

Fugaz restauração. D.João IV destina para si São Vicente de Fora e, se ainda em 1683, a procissão fúnebre de Afonso VI, há muito rei sem reino, o acompanha a Belém, é a derradeira de um rei de Portugal a seguir esse destino. Só se lhe juntará Catarina de Bragança, rainha viúva de Inglaterra, Escócia e Irlanda, por desejar acompanhar na morte D.Teodósio.

Pela mesma época, sob o Altar-mor da basílica de São Lourenço, os corpos dos primeiros Áustrias trocavam, em 1654, o seu sóbrio recolhimento inicial pela sumptuosidade do actual *Panteão dos reis*. A lápide que anuncia este nobre espaço fúnebre, resume a sucessão de vontades que levava à sua edificação: “desejou[-o] para si e para suas filhas o Máximo dos Césares Carlos; Filipe II, o mais prudente dos Reis, elegeo-o; Filipe III verdadeiramente piedoso, o começou e Filipe IV, grande na clemência, na constancia, na religião, a aumentou, adornou e concluiu.”

7. No primeiro de Novembro de 1700, a morte de Carlos II, o último dos Habsburgos da Espanha, incendeia durante catorze anos a Europa com a Guerra de sucessão de Espanha, a que o Tratado de Utreque de 1713 virá pôr termo. A guerra e a diplomacia ratificavam a nova dinastia Borbón, ainda hoje reinante, que, malgrado duas interrupções, a do seu fundador Filipe V, e a do segundo dos seus filhos herdeiros, continuaria a preencher as urnas de mármore vagas no Panteão do Escorial.

8. Havia cerca de três séculos que os corpos régios tinham começado a ser entregues aos priores belamita e escorialista, quando, também quase em simultaneidade nos dois reinos hispânicos, as leis da extinção e da desamortização, expulsam os monges das suas moradas. A história, contudo, prosseguirá.

Em Portugal, já os Jerónimos, havia mais de três décadas, não pisavam as lages belemitas quando, em 1855, se tresladam para S.Vicente os corpos dos quatro irmãos, Teodósio, Joana, Catarina e Afonso, filhos do fundador da dinastia bragantina.

Em Espanha, malogrou-se uma experiência de regresso jerónimo ao Escorial decretada em 1854 pela rainha Isabel II. A comunidade formada por prior, treze monges exclaustrados e um noviço, não logra durar mais de 107 dias. Trinta e um anos depois, em 1885, pela mão de Afonso XII, o mosteiro é entregue à comunidade agostinha, que, presentemente com cerca de quatro dezenas de frades, aí permanece crente na harmonia entre religião e cultura. Nesse espírito o idealizara também o rei fundador.

Completas as vagas do *Panteão dos reis*, o Escorial continua hoje a aguardar os régios despojos, perante o desafio de ter de encontrar um novo espaço para o primeiro dos monarcas, Juan Carlos ou Filipe VI, ou para a primeira das suas rainhas, que a morte decidir buscar.

9. Nos dois lados da Hespanha, os corpos régios sob as lápides tumulares dos seus panteões hieromitas são testemunho do elo entre a Ordem Jerónima e as respectivas coroas. Neles jazem os seus fundadores, Manuel e seu neto Filipe, que expoentes da

catolicidade, morreram na convicção de que, às derradeiras moradas terrenas que fizeram edificar, os virá buscar o Redentor.

Até lá, algures esculpido na aparente perenidade da pedra monástica, o inconfundível brasão da Ordem Jerónima continua perto a velar sobre eles...

MOSTEIRO	REIS	CÔNJUGE SEPULTADO EM LUGAR CORRESPONDENTE AO MONARCA
Santa Maria de Guadalupe	1 Trastâmara Henrique IV 1474	
Santa Maria de Belém	4 Avis-Beja (todos) D.Manuel I 13 Dez.1521 D.João III 11 Jul.1557 D.Sebastião 4 Ago.1578 D.Henrique 31 Jan.1580 <hr/> 0 Bragança [D.Afonso VI 12 Set.1683, tresl.p/S,Vicente em 1855]	2 D.Maria (2ª) 7 Mar.1517 D.Catarina 12 Fev.1578 - - <hr/> cas.anulado
São Lourenço do Escorial	5 Habsburgos (todos) Carlos I 21 Set.1558 D.Filipe II/I 13 Set.1590 D.Filipe III/II 31 Jan.1621 D.Filipe IV/III 17 Set.1665  Carlos II 1 Nov.1700 <hr/> 7 Borbons _* Luís I 31 Ago.1724 _** Carlos III 14 Dez.1788 Carlos IV 19 Jan.1819 Fernando VII 29 Set.1833 <hr/> Isabel II 9 Abr.1904 <hr/> Afonso XII 25 Nov.1885 Afonso XIII 28 Fev.1941	5 Isabel de Portugal 1 Maio 1539 Ana de Áustria (4ª) 26 Out.1580 Margarida de Áustria 3 Out.1611 Isabel de França (1ª) # 6 Out.1644 Mariana de Áustria (2ª) 16 Maio 1696 - <hr/> 7 M.Luís Gabriela de Sabóia (1ª) =14 Fev. 1714  M.Amália da Saxónia 27 Set.1760 M.Luís de Parma 2 Jan.1819 M.Cristina Borbon-Duas-Sicílias (4ª) Ago.1878  Francisco de Assis de Borbon 16 Abr.1902  M.Cristina de Habsburgo-Lorena (2ª) 6 F.1929 Vitoria Eugénia de Battenberg # 15 Abr.1964
TOTAL	17	14
	*Filipe V Palácio Real da Granja **Fernando VI Salésias Reales	# não foi mãe de Rei. No caso de Vitória Eugénia foi mãe do conde de Barcelona que teve honras do panteão do Escorial embora de facto nunca tenha reinado = foi sepultada no panteão real, apesar de o seu marido, Filipe V, o não ter sido

MONARCAS REINANTES SEPULTADOS EM MOSTEIROS JERÓNIMOS

E CÔNJUGES EM LUGAR CORRESPONDENTE

## **PEREGRINAÇÕES E MILAGRES A UMA CASA HIERONIMITA NA ÉPOCA MODERNA: PORTUGAL E O MOSTEIRO DE GUADALUPE**

*ISABEL M.R.MENDES DRUMOND BRAGA*

Doutora em Hist. [UNL]. Agregada [UNL]; FLUNL

Foi sobretudo a partir da década de 50 do século XX, que a historiografia ibérica, concretamente portuguesa e castelhana, descobriu o potencial da documentação sobre o santuário de Guadalupe e começou a dar conta das intensas e profícuas relações entre o Reino de Portugal e o mosteiro estremenho. Esses contactos foram particularmente visíveis através das peregrinações e do relato dos milagres que foram escritos nos códices atualmente depositados no arquivo do mosteiro. Por outro lado, sendo o mosteiro de Guadalupe uma casa governada por jerónimos houve igualmente contactos entre os religiosos castelhanos e portugueses, em especial durante o período filipino. É com base neste pano de fundo que se pretende desenvolver esta temática.

O registo das motivações que levaram os peregrinos ao santuário permite-nos conhecer quatro grandes grupos de problemas responsáveis pelas viagens dos Portugueses à casa jerónima de Santa Maria de Guadalupe: saúde, fuga de cativo, tempestades e naufrágios e questões com a justiça. Os relatos indicam ainda, além dos motivos, dados que permitem caracterizar sociologicamente os peregrinos (idade, ocupação, estado matrimonial, etc.), conhecer os locais de onde eram oriundos e ficar familiarizado com as dádivas que eram depositadas na igreja e cuja tipologia era diversificada: dinheiro, joias, cereais, cera e alguns ex-votos.

O santuário foi ainda objeto de visita e de proteção por parte de alguns monarcas portugueses, a partir do reinado de D. Fernando I, sendo bem conhecida a entrevista de D. Sebastião com Filipe II, embora, neste caso, a deslocação tivesse assumido um caráter político e não religioso, ao contrário das visitas de D. Afonso V ou de D. João III. Finalmente, refiram-se as fontes de divulgação do culto de Nossa Senhora de Guadalupe em Portugal, designadamente a imprensa e a iconografia, as igrejas dedicadas àquela invocação sem esquecer a ordem de São Jerónimo, através da presença de elementos portugueses em Castela e de castelhanos em Portugal, bem como a união das casas jerónimas durante o período filipino.

## «CENTINELA CONTRA JUDÍOS». OS ESTATUTOS DE PUREZA DE SANGUE E A ORDEM DE S. JERÓNIMO NA IDADE MODERNA

JOÃO DE FIGUEIRÔA-REGO

Doutor Hist.Mod. [Un.Minho]; FCSH-UNL; CIDEHUS; CHAM /- FCSH-UNL-UAç

A Ordem de S. Jerónimo terá sido uma das primeiras a impor o preceito de pureza de sangue. Fê-lo, na sequência de um caso escandaloso imputado a um dos seus priores, o qual não só praticava a lei mosaica como recebera por monges homens de origem conversa que nem baptizados haviam sido .

O autor da obra anti-mosaica *Centinela contra judíos, puesta en la torre de la Iglesia de Dios*, de 1674, o monje franciscano Fr. Francisco de Torrejoncillo, que foi prior de vários conventos da sua ordem (entre eles San Bartolomé de Valência de Alcântara, Nuestra Señora de Rocamador e Nuestra Señora de Montecelli del Hoyo) referindo-se à existência de clérigos criptojudiaizantes na congregação jerónima, anotou que «en el convento de San Jerónimo (...), engañando uno de ellos a los frailes le eligieron Superior y Prelado, y disimuladamente, practicaba sus ritos y ceremonias, hasta que descubierto y preso por la Inquisición fue quemado públicamente y desde entonces hicieron grandes leyes y estatutos, así en aquel monasterio como en toda la Orden, de que ninguno de esta raza sea admitido en su hábito...» . A observação estava correcta porque o destino deste e outros Jerónimos, igualmente judaizantes, foi a fogueira, acesa em Toledo no ano de 1485. Face ao impacto negativo gerado, entenderam os superiores desta religião contrariar as disposições papais de Nicolau V (1447-1455) e, em 1486, decretaram que não mais fossem recebidos na ordem jerónima conversos ou descendentes seus . Medida ratificada pelo Papa Alexandre VI em 1495 .

Apesar da exigência os Jerónimos deram, todavia, provas da prática contrária, com exemplos notórios. De qualquer modo, a assimilação dos estatutos de pureza pelos Jerónimos fez-se de acordo com os preceitos já difundidos noutras instituições religiosas e seculares que os praticavam. Em certa medida, poder-se-á reconhecer no *modus operandi* adoptado pela Ordem de S. Jerónimo, tal como em outras congregações, uma forte influência das normativas em uso quer nos colégios universitários, quer na própria Inquisição. Dito de outra forma, uma espécie de variação sobre um mesmo tema, feita a partir de uma matriz comum, como se pode observar da leitura da extensa Instrucción y advertencias que deben guardar los monges que fueren à hazer las informaciones de limpieza de los novicios, de la Orden de nuestro Padre San Gerónimo , papel quincentista impresso para melhor divulgação junto dos conventos. A normativa hieronimita continha as habituais recomendações de sigilo, discrição e prudência consubstanciadas no secretismo que devia envolver todas as acareações de testemunhas. Estas deveriam ser interrogadas com base num formulário, contendo treze itens específicos, destinados a conhecer e avaliar a pureza dos ascendentes familiares dos noviços. De resto pouco se inovava, para lá, talvez, de uma aparente originalidade que advém do facto de se questionar o uso dos apelidos. Indagava-se o porquê da sua escolha «y se el novicio, ò alguno de sus ascendientes tuviere dos apellidos, aberiguen si son dos distintos, ò uno, y por que parte le vengán, como coincidan en él, y assimismo pregunten, por què el novicio se llama antes de un apellido de sus



ascendientes, que de otro, y si el ò algun ascendiente suyo paterno ò materno, huviere mudado, ò dexado algun apellido, que le venia por linea recta, aberiguen muy en particular, por que razon aya dexado el tal apellido y tomado otro» . Este aparente preciosismo de tentar saber o motivo de alguém adoptar determinado apelido, em detrimento de outro, tinha um alcance óbvio: despistar eventuais manchas linhagísticas.

## **MUDANÇAS DE PARADIGMA NO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELÉM «A LINGUAGEM DOS SÍMBOLOS *AD LATERE* DA ORDEM DE S. JERÓNIMO»**

*JOÃO DAVID ZINK*

Lic.em Hist.de Arte [FLUL]; pos-graduado  
Cienc.documentais; BNP, área da  
iconografia

A rica simbologia presente no Mosteiro de Santa Maria de Belém, vulgo Mosteiro dos Jerónimos, muito por força de se ter tornado no monumento nacional que mais turistas acolhe e, ipso factum por espelhar de forma grandiloquente o chamado «estilo manuelino», tem sido lida de modo sincrónico no pressuposto de um imaginário imobilista, sem ter em linha de conta as mutações do tempo histórico.

Sem pretender reportar com minúcia a cronologia da sua construção, compreendendo as diversas campanhas de acrescentamento e restauro, nesta comunicação pretende-se sobretudo analisar as mudanças de paradigma, e na medida do possível, repor a “verdade histórica” em acerto com a dinâmica da acção humana, conjugando o estudo iconográfico com os dados da investigação arqueológica, o que se traduz numa perspectiva diacrónica do universo simbólico do “manuelino”.

Pensado pelo rei D. Manuel I como mausoléu das suas ossadas, o Mosteiro dos Jerónimos em Belém, viria a sofrer alterações programáticas que desvirtuaram as suas disposições testamentárias, as quais se encontram expressas na rica iconografia que preenche a igreja e o seu claustro.

É certo que as sucessivas mudanças de arquitectos e mestres-de-obras, com sensibilidades estéticas próprias e vontade de as afirmar, afectaram em maior ou menor grau todo o complexo monumental, mas iremos relevar apenas as alterações programáticas testemunhadas por linhas de força simbólicas desviantes que ultrapassam o mero *modus faciendi*.

Desde logo, as que foram impulsionadas pelo rei D. João III, filho de D. Manuel I e de sua segunda esposa, D. Maria de Aragão e Castela, a que não será estranho o despeito pelo terceiro casamento do seu pai e logo com a noiva que lhe fora prometida. Como se verá, D. João III não se limitou a atrasar a trasladação das restos mortais do

pai, mas fez deslocar a sua sepultura para lugar bem menos importante do que o previsto, e de permeio com outras urnas. Além disso, fez multiplicar na cantaria motivos heráldicos evocando a sua mãe em detrimento da primeira e da terceira esposas do “Rei Venturoso”.

Outras mudanças conceptuais não menos significativas se lhe seguiram e serão também abordadas.

Ainda no séc. XVI, a Contra-Reforma inspiraria uma profunda alteração estética, funcional e simbólica no espaço da igreja, com a remodelação e ampliação da capela-mor protagonizada por Jerónimo de Ruão.

Mas também a posteriori, o estabelecimento de um percurso iniciático esotérico no claustro, expresso nos medalhões e painéis escultóricos que se encontram dispostos a toda a volta do mesmo, incrustados nos pilares do piso térreo, os quais são habitualmente confundidos como uma mera expressão de fervor a Cristo e do enaltecimento da gesta dos heróis-navegadores das Descobertas.

Por outro lado, a verificação de tais mudanças, não impede a conclusão que – à excepção do caso da capela-mor contra-reformista – elas não foram fracturantes do estilo, muito pelo contrário antes o enriqueceram cada uma a seu modo, dando corpo à sua especificidade, contribuindo para a inegável peculiaridade de um estilo derivado do gótico final internacional que absorveu de modo particularmente feliz as influências dos novos tempos.

Com efeito, parece ter havido, na maioria dos casos, a preocupação de garantir uma unidade estética, ainda que numa vertente mais barroquista do que o projecto de D. Manuel quiçá almejara ser.

O “estilo manuelino” porventura será por isso mesmo, muito mais que um programa decorativo de transição e de síntese entre duas épocas aparentemente contraditórias, a afirmação continuada de um discurso político visionário, reflector do projecto “imperial” do Rei D. Manuel I (1469-1521), que se afirmou como um “estilo nacional”, como uma bandeira desfraldada ao vento a afirmar a epopeia histórica de Portugal na gesta das Descobertas

## **DE EREMITAS A MONGES: OS CAMINHOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS JERÓNIMOS EM PORTUGAL**

*JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES*

Doutor Hist.Med. [FCSH-UNL]; IEM – FCSH/NOVA; CEHR – UCP

Remontam a 1390 os primeiros indícios documentais seguros da presença de um grupo de eremitas em Penha Longa, nas fraldas da Serra de Sintra, então liderados por um certo Fr. Vasco Martins, que se diz «ermitão da pobre vida». Um grupo pequeno, que adquire então a terra onde se havia instalado, com o apoio do rei João I, e cuja forma de vida não se distingue de outros demandadores da solidão que, mais a sul, em torno da Serra de Ossa e no termo de diversas vilas alentejanas, se multiplicam, ao abrigo da protecção dos concelhos, do monarca e de algumas figuras do ambiente cortesão. Dez anos volvidos, o grupo de Penha Longa daria origem ao primeiro mosteiro jerónimo, depressa secundado por um outro, instalado também em terras estremenas, junto a Alenquer.

Os estudos pioneiros de Cândido dos Santos e de José Adriano Freitas de Carvalho vieram há muito colocar diversas interrogações sobre estes primeiros tempos, bem como sobre a sua proximidade com outros movimentos eremíticos ligados ao pauperismo voluntário, sobretudo o de inspiração franciscana. A investigação entretanto desenvolvida sobre estes movimentos, muitos deles marcados por uma espiritualidade mais radical, atraída pela solidão e pela pobreza voluntária e por uma forte componente laical, a par de um avolumar de estudos sobre o nascimento da Ordem Jerónima e sobre os caminhos da sua gradual institucionalização em outros reinos peninsulares, vieram possibilitar um outro olhar sobre os dados disponíveis para o conhecimento dos primeiros passos dados pelos jerónimos em Portugal.

É nosso objectivo equacionar as relações estreitas destes primeiros grupos de jerónimos portugueses com o eremitismo de influência franciscana que partilham com outros grupos do sul, e a permanência, até bastante tarde, da atracção destes monges pelos eremitérios frequentados por esses adeptos da pobre vida. Por outro lado, procuraremos interrogar as ligações da história dos jerónimos portugueses com a dos seus congéneres castelhanos, nomeadamente na adopção ou adaptação dos respectivos textos normativos e formas de organização.

## **SANTA MARIA DO ESPINHEIRO DE ÉVORA. DA FUNDAÇÃO AOS INÍCIOS DO SÉCULO XVI**

*JOAQUIM BASTOS SERRA*

Mestre em Hist. Idade Media [FCSH - UNL].  
Doutorando em Hist. [Univ. Évora]. CIDEHUS

Protegido pelos reis, escolhido como local de sepultura por alguns dos membros da nobreza palatina e acarinhado pela elite local, o Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro de Évora conheceu, nos finais do século XV e nas primeiras décadas da centúria seguinte, uma enorme projecção.

O seu destino é curiosamente paralelo ao da própria cidade que nesse período vivia a sua época de ouro, assumindo-se como um importante polo cultural e artístico e uma quase capital do reino. Uma dinâmica a que mosteiro jerónimo não foi alheio. Frequentado pelos reis e pela nobreza cortesã, a casa jerónima foi palco de alguns dos grandes acontecimentos que marcaram a vida da cidade e do reino, tendo sido nele que se acolheram alguns dos mais ilustres homens de cultura de antanho. Foi no Espinheiro de Évora que o cronista Garcia de Resende, que desde há muito frequentava a instituição, mandou edificar a sua capela tumular, sendo também entre os seus muros que, nas primeiras décadas do século XVI, se instalou a famosa oficina de pintura de frei Carlos. Vivia-se, então, a época áurea do mosteiro e da cidade que o acolheu.

## **OS JERÓNIMOS E O LIBERALISMO EM PORTUGAL: OPÇÕES POLÍTICAS NO CONTEXTO DAS ORDENS REGULARES (1834)**

*JOSÉ ANTÓNIO OLIVEIRA*

Doutor em Hist.; IPP, CETRAD/ Univ.  
Trás-os-Montes e Alto-Douro

O decreto de extinção das ordens religiosas de 30 de maio de 1834 previa no artigo 4º que os religiosos pudessem usufruir de uma pensão anual, para sua sustentação; todavia, esta ajuda exceptuava os religiosos que de alguma forma fossem conotados e classificados próximos do “Governo do Usurpador”. Em 4 de junho de 1834 uma portaria recomendava a pronta execução do decreto de extinção e dava instruções claras sobre os procedimentos a ter na inventariação dos bens e na classificação dos comportamentos dos regulares.

Nesta comunicação, pretendemos analisar as opções políticas dos regulares do Mosteiro de Santa Marinha de Guimarães, inserido no contexto das outras casas religiosas situadas no Entre Douro e Minho, em 1834.

## **DA PENA A BELÉM, A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HIERONIMITA ENTRE O GRANDE TERRAMOTO E O LIMAR DO LIBERALISMO: A AFIRMAÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO E NACIONAL EM PORTUGAL**

*MADALENA COSTA LIMA*

Doutora em Arte, Património e Restauro  
[FLUL]; IHA; CLEPUL

A Ordem de São Jerónimo destaca-se na História do Património e do Restauro em Portugal como um elemento de referência obrigatória. A sua consagração decorreu em pleno regime liberal, com o Romantismo em voga entre as elites culturais do reino, e graças ao contributo de individualidades como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, D. Fernando II, Varnhagen ou Ramalho Ortigão. A posição relevada da congregação deveu-se, então e sobretudo, à notoriedade granjeada pelos mosteiros de Nossa Senhora da Pena, em Sintra e de Santa Maria de Belém, em Lisboa.

Contudo, a conotação histórica destas casas e de alguns dos seus bens móveis, o poder rememorativo, a valia artística e o carácter nacional dos edifícios e objectos em questão fora captado e exposto anteriormente. Esta realidade é ainda pouco conhecida, encontrando-se suportada por testemunhos escassamente divulgados da segunda metade de Setecentos e das primeiras décadas de Oitocentos. Precisamente, a documentação que pretendemos explorar na comunicação ora proposta com o objectivo de dar a conhecer o protagonismo dos jerónimos na afirmação da consciência patrimonial em Portugal.

As fontes em apreço – ordens régias, textos historiográficos, missivas diplomáticas e registos da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares – compreendem juízos sobre a conservação do património da congregação, especialmente, as casas da Pena e de Belém, contendo indicações acerca do significado artístico, histórico e nacional de ambas e de alguns dos seus bens. Mas são também reveladoras da condição desses mosteiros e de certas particularidades dos jerónimos no período em questão. Assim, permitem que o tema de trabalho que aqui submetemos seja desenvolvido com uma considerável amplitude e interesse.

## **“OS FRANCISCANOS NO SANTUÁRIO DE N.S. DE GUADALUPE (ANTIGO CONVENTO DOS JERÓNIMOS) NO SÉCULO XX**

*P.e MANUEL PEREIRA GONÇALVES, OFM*

*Mestre [FLUL], Arquivista da Prov.dos Santos  
Mártires*

1, Actividade intelectual dos religiosos franciscanos no Santuário de Guadalupe no século XX.

a) : Conferências, Congressos, Recepções aos peregrinos e autoridades;

b) : Remodelação do Arquivo e da Biblioteca;

c) : Novas obras artísticas promovidas pela comunidade franciscana em Guadalupe;

d) : Restauro da Sacristia;

e) : Outros restauros efectuadas no Santuário.

2. A importância espiritual do Santuário de Guadalupe, durante o século XX, com os religiosos franciscanos e perspectivas para o 3º milénio.

3. O papel relevante de alguns arquivistas e superiores da comunidade.

a) : Luís Blanco Áreas;

b) : Serafim Chamorro;

C) : Joaquim Dominguez Serna;

d) : Artur Álvarez.

## **DE SÃO LOURENÇO DO ESCORIAL A SANTA MARIA DE BELÉM: PORTAIS FILIPINOS EM CENÓBIOS HIERONIMITAS DO MUNDO IBÉRICO**

*MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO*

Doutora em Hist., Esp.Arte, Patr.e Rest. [FL-UL];  
Pos-doutoranda em Est.Artísticos [IHA / FCSH-  
UNL]

Portugal e Espanha, dois países unidos por uma coroa (1580-1640), encontraram união no seio das ordens religiosas que aí se implementaram, de que é exemplo a Ordo Sancti Hieronymi (OSH), e nas manifestações artísticas que adornaram os seus espaços monástico-conventuais, mormente as de pedraria. Com efeito, sabe-se hoje que foi através da adopção de modelos colhidos nos Tratados Arquitectónicos, mas também na troca de correspondência e de desenhos entre os membros dessas ordens, que se alicerçou a migração de formas de finais de Quinhentos e inícios de Seiscentos, período cronológico por nós escolhido, que foram plasmadas na planificação e ornamentação de portentosos edifícios. São exemplo disso algumas das obras de arquitectura da segunda metade do século XVI que tiveram lugar em São Lourenço do Escorial, sob as directrizes de Juan de Herrera e de Francisco de Mora, entre outros, e da primeira metade do século XVII em Santa Maria de Belém, mormente no moderno portal que hoje dá acesso ao núcleo museológico (antiga portaria), e que sabemos ter sido trasladado por Teodósio de Frias em 1625. Embora praticamente todos os exemplos analisados não tenham chegado com toda a sua integridade aos nossos dias (uns fruto de

trasladações e múltiplos restauros, e outros fruto de reconstituições a partir de fragmentos originais) (Clara Moura Soares: 2005; Rodríguez Luna: 2007), são exemplos do que de melhor se fazia no contexto ibérico e que nos permitem compreender as afinidades existentes entre a concepção de objectos dentro de uma só comunidade, tão significativos por serem o local de passagem da clerezia e dos fiéis.

A presente análise, suportada por fontes manuscritas, constantes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Municipal de Lisboa, por fontes impressas (como as dos cronistas Frei José de Sigüenza: 1615; Frei Jacinto de São Miguel: 1721; Pe. Manoel Bautista de Castro: s.d.) e por estudos (Sousa Viterbo: 1904; Checa Cremades: 1985; A. Bustamante e F. Marías: 1985-86; Felicidade Alves: 1989-93; Rafael Moreira: 1995; Paulo Pereira: 2002; et alii), procura focar a importância deste elemento da arquitectura de finais de Quinhentos e da primeira metade de Seiscentos, em diversas vertentes, a saber: a) a sua actualidade a partir do cotejamento com outros objectos idênticos, dentro e fora desta comunidade (i.e. o caso de alguns dos portais do mosteiro hieronimita de São Lourenço do Escorial e o caso do portal da fachada da igreja devotada à Imaculada Conceição, do mosteiro hieronimita de Granada, refeito em 1960, à semelhança do original); b) a sua integração em campanhas de obras tipologicamente diferentes nos mesmos e em outros espaços (a reforma da escadaria de Santa Maria de Belém, também ela da autoria de Teodósio de Frias, comparável com àquela imposta anos mais tarde ao colégio de São Jerónimo de Coimbra) e c) a possibilidade destes portais serem eleitos como modelos para outros (i.e. no mundo ibero-americano o caso do portal da igreja do convento do ramo feminino da Ordem de São Jerónimo, consagrado a Nossa Senhora da Expectação da Cidade do México).

## **A ELOQUÊNCIA DO DISCURSO IMAGÉTICO DOS PORTAIS DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELÉM, DE LISBOA**

*MARIA TERESA DESTERRO*

Doutora em Hist.Arte [FLUL]; IPT,  
CIEBA/FBAUL, ARTIS/ FLUL

O período que medeia entre o apogeu dos Descobrimentos e meados do século XVI, sensivelmente, constitui uma das épocas mais brilhantes e originais da cultura artística portuguesa. Foi, contudo, durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521) que a nossa arte conheceu o mais extraordinário incremento.

Considerado a obra prima da arte produzida neste reinado, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, mandado edificar pelo próprio rei para a Ordem dos Jerónimos, constitui um dos expoentes máximos não apenas, da arte portuguesa do primeiro quartel de Quinhentos como, acima de tudo, uma das expressões mais eloquentes do espírito messiânico que dominava o reinado do Venturoso. A Lisboa, capital do Império, procurava dar-se uma imagem consentânea com a grandeza do poder real, denunciando

o apego aos valores de índole nacionalista em estreita ligação com um messianismo que se reivindicava para o reino, através do seu rei, Manuel, também ele simbolicamente conotado com o novo Emanuel.

São, contudo, os dois portais de acesso à igreja do cenóbio, tanto o portal Sul, da autoria de João de Castilho, como o portal axial projectado, ainda, por Diogo de Boitaca, mas cuja realização se deve já a Nicolau de Chanterenne, os que melhor ilustram a imagem de poder e afirmação nacional, que o monarca pretende veicular.

A metáfora simbólica é usada como dispositivo retórico, numa sábia organização cénica cujo intuito é aproximar o sagrado e o profano, tendo como referente o próprio rei.

Procurar-se-á, nesta comunicação, decifrar a linguagem simbólica patente nestes portais e fazer uma cabal interpretação do seu significado imagético.

## **LA FEDERACIÓN JERÓNIMA DE SANTA PAULA**

*SOR MARIA TRINITAT CABRERO, OSH*

Presidenta Federal de la Federación  
Jerónima de Santa Paula

e

*SOR PILAR ABELLAN, OSH*

Monasterio de San Matías  
Barcelona

La rama femenina de la Orden de San Jerónimo es parte constituyente de la Orden desde su misma fundación, cuando Santa Paula fundó su monasterio en Belén con sus monjas, junto al de San Jerónimo y sus monjes (y una hospedería para peregrinos), viviendo todos de la misma manera y con mucha relación entre ellos.

1473 – 1573, es el periodo de más fundaciones de monasterios femeninos. Algunos lo hacen al amparo de los monasterios masculinos. Otros, como Sant Maties en Barcelona, nacen como una casa de beatas en 1426 y no se funda como monasterio jerónimo hasta 50 años después (1475); o las jerónimas de Palma de Mallorca, que comenzaron siendo beguinas. Los monasterios femeninos sólo en cierto sentido se vinculan a la Orden masculina. Sólo 6 llegan a incorporarse jurídicamente a la Orden.

Respecto al período de la desamortización de Mendizábal, a la mayoría de las comunidades femeninas no les afectó directamente y pudieron continuar su vida, excepto en algunos casos, como el de San Onofre de Badajoz y Santa María de Jesús de Cáceres. Es decir, que el antes y el después que para los monjes jerónimos supuso la



desamortización no se da para los monasterios femeninos, donde observamos una línea de continuidad desde el siglo XV hasta hoy, con cierres de monasterios pero también nuevas fundaciones.

A finales de los años 30 del siglo XX, la Santa Sede miraba con preocupación la situación de pobreza y aislamiento de los monasterios femeninos en todo el mundo. La falta de formación, de trabajo digno, la precariedad médico-sanitaria, etc. influyen en una pobreza humana y espiritual cada vez más preocupante. Aún sin dar el paso hacia unir los monasterios femeninos como los masculinos, bajo una Congregación monástica, la Congregación para la Vida Consagrada, auspicia la colaboración de los monasterios formando Federaciones.

Así nació la Federación Jerónima de Santa Paula. La Madre Cristina de la Cruz de Arteaga, recibe el encargo, por parte de Mons. Gaetano Cicognani de iniciar el contacto entre los Monasterios jerónimos femeninos para la formación de la Federación. Esa sería su misión como monja jerónima, aunque transcurrieron 20 años desde la primera conversación hasta la materialización del primer capítulo general. Se celebra en el Monasterio de Santa Paula de Sevilla, el 20 de mayo de 1956. Se votaron los Estatutos, se decidió el nombre de la Federación. Se pide la aprobación a Roma y el 30 de julio de 1957 el Papa Pío XII erige y constituye la Federación de Santa Paula. Los Estatutos llegan aprobados a Sevilla el 21 de marzo de 1958 y ese mismo año, el 20 de septiembre se celebra el primer Capítulo General; asisten 14 monasterios: Sevilla, Toledo, Trujillo, Córdoba, Granada, Barcelona, Palma de Mallorca, Inca, Morón, Brihuega, Garrovillas, Constantina y los dos de Madrid, y se elige a la primera Presidenta Federal: M. Cristina de la Cruz de Arteaga y Falguera, alma de todo el proceso.

12 Asambleas federales electivas se han realizado desde entonces. Se ha fundado el Monasterio de Ntra. Sra. de Belén en Toral de los Guzmanes (León) desde el Monasterio del Corpus Christi de Madrid; Ntra. Sra. de las Mercedes de Almodóvar del Campo (Ciudad Real); y Santa María de Jesús de Cáceres, que había desaparecido a consecuencia de la desamortización; se ha realizado una fundación en Kerala (India), el Monasterio Mater Ecclesiae, que todavía no tiene erección canónica pero que ya cuenta con 2 profesas solemnes, junioras, novicias, postulantes y 9 aspirantes, todas formadas allí. Algunos monasterios se han edificado de nuevo como San Matías de Barcelona; Ntra. Sra. de los Remedios de Yunquera de Henares (Guadalajara) y Ntra. Sra. de los Ángeles de Constantina (Sevilla). Otros se han restaurado casi en su totalidad como el de Santa María de la Concepción de Trujillo.

También ha habido que cerrar alguna puerta, como el Monasterio de Santa Isabel de Palma de Mallorca. Uno que ha dejado la Federación, el de la Concepción Jerónima de Madrid, aunque mantiene las mismas Constituciones.

Han surgido nuevos caminos, como las Fraternidades laicas jerónimas, al amparo del Monasterio de San Matías de Barcelona, cuyos Estatutos aprobó el Cardenal de Barcelona, Ricard M. Carles en noviembre de 2.003 y fueron presentados públicamente el 26 de enero de 2.004, XVI Centenario del traspaso de Santa Paula.

En todos estos años se han realizado cursos de formación para Prioras. Otros para monjas jóvenes, novicias, junioras. Se han compartido momentos entrañables como

la celebración del V Centenario de la fundación del Monasterio de San Matías de Barcelona; los 50 años de la Federación en el Monasterio de Santa Paula de Sevilla, en 2008.

Los monjes tampoco ha estado alejados de la vida de los monasterios y de la Federación: ayudando a las monjas como Asistentes religiosos durante casi todos los años de existencia de la Federación, pero también compartiendo celebraciones, estos últimos años, como los 50 años de la presencia de los monjes en Yuste (en esta segunda etapa); o la beatificación de fray Manuel de la Sagrada Familia en Tarragona, donde las monjas los han acompañado en buen número y con presencia de casi todos los monasterios.

Y lo más importante han sido los lazos fraternos que se han ido tejiendo a lo largo de todos estos años. El espíritu de San Jerónimo sigue bien vivo porque todavía somos muchas las que pensamos que merece la pena dedicar la vida al estudio amoroso de la Palabra de Dios y a la alabanza divina: “aprendemos en la tierra lo que eternamente realizaremos en el cielo” San Jerónimo.

## **DA EXTINÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS AO RESTAURO DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS POR GIUSEPPE CINATTI**

*MIGUEL MONTEZ LEAL*

Doutor em Hist.Arte Contemporânea [FCSH-UNL]; IHA / FCSH-UNL

Terminada a guerra-civil entre liberais e absolutistas, e assinada a convenção de Évora-Monte, a facção perdedora deste terrível e sangrento conflito, embarcaria para o exílio.

Ganhando os Liberais queria construir-se um País novo, e uma das primeiras medidas tomadas foi a ordem de extinção de todas as ordens religiosas, pois a Igreja era vista como uma força conservadora, e existiam milhares de frades e freiras nos conventos portugueses, que os Liberais preferiam ver a ocupar outro tipo de trabalhos menos espirituais.

Foi novamente uma autêntica revolução, nos mosteiros masculinos a ordem de saída era imediata, nos conventos femininos, dado o espírito cavalheiresco da época, os conventos só encerrariam com a morte da última freira.

A legislação saída do punho de José Xavier Mouzinho da Silveira era de autêntica ruptura. Extinguiram-se as ordens religiosas regulares e nacionalizaram-se os seus bens para venda posterior. Começava uma nova ordem política e social e o Antigo Regime começava, de facto, a desaparecer.

Neste contexto o Mosteiro de Santa Maria de Belém, da Ordem dos Jerónimos, também não escapou a esta sanha persecutória, muitos atropelos foram feitos e muito património se perdeu.

Nesta minha comunicação centrar-me-ei cronologicamente entre as datas de 1834 e a de 1878, e procurarei analisar as vicissitudes pelas quais passou o Mosteiro dos Jerónimos, numa época em que os conceitos de património e de monumento começavam a dar ainda os primeiros passos em Portugal.

A segunda data refere-se à obra de restauro conduzida pelo cenógrafo, pintor-decorador, e arquitecto amador, de origem italiana, Giuseppe Cinatti (1808-1879), para a “fábrica e estaleiro “ dos Jerónimos.

Giuseppe Cinatti viera para Portugal em 1836, convidado por Francesco A. Lodi para trabalhar como cenógrafo no Teatro de São Carlos e mais tarde no Teatro de D. Maria II.

Durante o seu percurso em Portugal, a sua fama foi sempre em crescendo, tanto devido à qualidade dos cenários produzidos para os teatros acima citados, quanto à mestria dos palacetes por si desenhados ou recuperados, assim como aos seus trabalhos de pintor-decorador de mérito reconhecido (acompanhado por discípulos), como também à arquitectura efémera que foi realizando. Auxiliado por outro italiano, Achilles Rambois (c. de 1818-1882), constitui com este uma dupla artística que marcaria Portugal durante quase quarenta anos.

Em 1878 projectou o restauro da torre do Mosteiro dos Jerónimos, que correu desastrosamente, e que viria a ruir em 1878. Este facto levou-o a um profundo desgosto, pois além do seu prestígio como artista ter ficado abalado, também vários operários morreram no estaleiro da obra. O velho mestre italiano acabaria por morrer em 1879 profundamente desgostoso com o insucesso desta almejada grandiosa obra de restauro.

O próprio Fialho de Almeida, cronista nascido nas planícies alentejanas, seria violentíssimo, na crítica a Cinatti:

“Sou de parecer que aparte a fachada principal, bem como o chamado anexo, há tantíssimos anos derruído, nenhum outro trecho do mosteiro deve ser refundido, ficando a torre de Cinatti como está, mau grado os gritos de quem provavelmente iria lá fazer outra pior. Sem dúvida a torre de Cinatti perturba um pouco a paz plateresca dos Jerónimos, mas devemos ponderar que primacialmente o edifício nunca pôde constituir um todo íntegro, e que além do que está feito, estar feito, tão pouco o país pode perder dinheiro e tempo nestas tentativas impertinentes de monumentalização, que nunca acertam”.

José-Augusto França, na sua obra geral, *A Arte no Século XIX*, viu neste acontecimento o fim de um certo Romantismo em Portugal.

Actualmente talvez já não o possamos afirmar de uma forma tão taxativa, embora a ideia inaugural de França tenha tido muitos cultores e tenha sido brilhantemente defendida e fundamentada por este historiador de arte, fundador da *História de Arte em Portugal* em termos científicos

A estas e outras questões procurarei responder nesta minha comunicação, em que os conceitos de “monumento”, “património” serão estudados, assim como procurarei problematizar os anos compreendidos entre a data inicial de 1834 e a data final de 1878.

## **O CICLO DA ÁGUA NO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELÉM. ANÁLISE AO SISTEMA HIDRÁULICO**

*PATRÍCIA ALHO*

Mestre em Arte, Patr.e Restauo [FL/UL];  
Bolsista Doutoramento [FCT]; ARTIS –  
Inst.de História de Arte / FL-UL

Na presente comunicação desejamos compreender o sistema hidráulico do Mosteiro de Santa Maria de Belém, bem como a simbologia e originalidade presente nas gárgulas do monumento, para tal, estudámos as circunstâncias históricas da sua fundação, as influências estilísticas, as campanhas de obras e as campanhas conservação e restauro.

Desde sempre que uma das primordiais preocupações do arquitecto ao conceber o edifício foi conduzir as águas pluviais para o exterior da zona coberta. Assim, ao longo do tempo foi ensaiando soluções, que durante a Idade Média em Portugal, assumiram várias tipologias, envolvendo as coberturas, as caleiras de escoamento, as gárgulas e a continuação do sistema através de contrafortes escalonados e daí directamente para o solo, onde existe igualmente todo um conjunto de canalizações que contribuem para o afastamento das águas da estrutura muraria do edifício.

O sistema hidráulico é um subsistema arquitectónico, que pode ser compreendido atendendo ao seu duplo desenvolvimento: um primeiro que se refere à água potável, ao nível do solo, e outro às águas pluviais. Existe uma articulação entre estes dois subsistemas, condicionando a organização arquitectónica do mosteiro.

No que respeita ao subsistema hidráulico superior encontrámos cinco soluções

**“LIVROS DE CORO DE SANTA MARIA DE BELÉM” NO FUNDO DA  
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**

O vasto fundo de livros de coro quinhentistas da Biblioteca Nacional de Portugal contém em si códices provenientes de várias casas religiosas portuguesas sendo, por isso, uma ferramenta fulcral para o desenvolvimento do estudo das diversas áreas do saber que este objecto reúne ao seu redor - muitas delas ainda por desbravar quanto a este período cronológico. Contudo, apesar da sua inegável importância, o dito fundo continua a aguardar a devida divulgação contando apenas com uma publicação impressa datada de 1904. A catalogação dos códices tem vindo a ser melhorada ao longo dos últimos anos pela BNP e encontra-se agora à espera de ser publicada. O entre estes dois subsistemas, condicionando a organização arquitectónica do mosteiro.

O livro de coro pode assim entender-se como o principal representante do códice litúrgico no século XVI, tendo sido este tipo de livro bastante popular à época, originando grandiosas e faustosas encomendas por parte das casas religiosas com mais poder económico. Em Portugal a Ordem de S. Jerónimo conhece um grande impulso no reinado de D. Manuel I, possuindo, assim, livros de coro cuja qualidade artística se destaca em relação ao restante fundo da BNP.

Esta comunicação surge, não só com o intuito de dar a conhecer mais sobre o património artístico da Ordem de S. Jerónimo, como também com o objectivo de alertar para a importância do livro de coro enquanto testemunho litúrgico, musical e artístico do monasticismo quinhentista em Portugal. Assim, o que se pretende é fazer uma breve introdução ao grupo de livros de coro hieronimita alojados na BNP apresentando-o, quer do ponto de vista codicológico – características físicas, conteúdo, datação, autoria - , quer do ponto de vista artístico, procurando também caracterizar sumariamente os seus programas decorativos. Dentre os cerca de vinte códices que compõem o grupo com origem em Santa Maria de Belém, podem encontrar-se principalmente Antifonários, Graduais e Saltérios, estando representadas as principais tipologias de livros de coro.

## **DO PENSAMENTO POLÍTICO DE FR.MIGUEL SOARES, OSH, NO SEU TEMPO**

*PEDRO VELEZ*

*Doutor [FD-UNL]; UNL; UCP*

O discurso teológico-político do jerónimo Frei Miguel Soares (séc. XVII), expresso nos escritos *Serões do Príncipe e Portugal libertado*, mereceu atenção da nossa historiografia (Maria Teresa Trigo Neto e Cova, Cândido dos Santos).

Na exposição que apresentaremos iremos revisitamos o pensamento político – a teoria política – do referido autor. De uma perspectiva política-jurídica comparada, procuraremos mapear a “diferencialidade” das ideias políticas do jerónimo em relação ao(s) discurso(s) teológico-político(s) que estruturaram o seu tempo.

## **TRADUCTORES DE LA ORDEN DE SAN JERÓNIMO EN LOS SIGLOS XVII Y XVIII**

*PILAR MARTINO ALBA*

*Doutora Hist.Arte [Univ.Complutense de Madrid]; Univ. Rey Juan Carlos, Madrid*

En el marco de la traducción llevada a cabo por los monjes en los scriptoria hemos focalizado la atención en la Orden de San Jerónimo, cuya figura inspiradora y patrón de los traductores fue insigne escritor, agudo filólogo y exegeta de textos bíblicos como paso previo al proceso de traducción de dichos textos al latín. Si bien en los monasterios jerónimos, la transcripción y la traducción de textos en los scriptoria no se ceñía exclusivamente a los textos religiosos, sino que también encontramos en las bibliotecas monacales textos científicos, filosóficos, literarios, entre otros, sí es cierto que el contenido religioso es predominante, bien fuesen textos de espiritualidad, obras homiléticas, sermonarios, textos teológicos, hagiográficos, etc.

La costumbre de historiar las órdenes religiosas también se extiende, lógicamente, a la Orden de San Jerónimo. Entre los historiadores de la Orden destaca por encima de todo fray José de Sigüenza, pero no le quedan a la zaga otros historiadores como fray Francisco de los Santos, fray Juan Núñez o fray Ignacio de Madrid. Estos textos ofrecen numerosos y valiosos datos sobre los más diferentes

aspectos de la Orden, entre ellos los rasgos biográficos de aquellos monjes que han destacado en alguna de las funciones asignadas dentro de la Orden.

En un estudio anterior, publicado en 2014, nos centramos en los traductores de la Orden de San Jerónimo en los siglos XV y XVI. En esta ocasión, y como continuación de dicho estudio, nuestro interés se centra en los traductores jerónimos de los siglos XVII y XVIII. Para ello, hemos acudido a las fuentes fundamentales, a saber: los textos sobre la Historia de la Orden, escritos por los historiadores de la misma. En dichos textos, confeccionados a partir de la documentación enviada por los diferentes monasterios a tal efecto, son frecuentes las referencias a la falta de información por parte de los monasterios jerónimos de Portugal, por lo que, consecuentemente, son escasas las menciones a los monjes traductores portugueses. A pesar de ello, se pueden obtener algunos datos relevantes al respecto, que permiten hacer estudios de tipo comparativo entre los textos traducidos en unos u otros monasterios, así como entre la formación de los monjes a un lado y otro de la frontera.

En nuestro estudio incidimos en la importancia del traductor como mediador lingüístico y cultural -especialmente, claro está, en el marco de la traducción monacal-, así como en la valiosa aportación que su trabajo suponía para el enriquecimiento de las bibliotecas monacales y, con el paso de los siglos, la repercusión de los fondos bibliográficos producto del trabajo en los scriptoria como fuentes documentales para la investigación bibliográfica en general, y traductográfica y traductológica en particular, ya que era costumbre que estas obras traducidas incluyesen en prólogos y prefacios datos relativos a las dificultades planteadas en el proceso traductor y soluciones por las que optaban en la traslación textual.

Palabras clave: Historia de la Traducción, traducción monacal, Orden de San Jerónimo, investigación traductográfica, investigación traductológica

## **FRAY ANTONIO DE LUGO: SEMBLANZA Y PENSAMIENTO DE UN JERÓNIMO DEL SIGLO XX**

*SANTIAGO CANTERA MONTENEGRO, O.S.B.*

*Doutor em Hist., Prior de la Abadía Santa Cruz del Valle de los Caídos*

Antonio Manuel Río Vilas sería conocido como Fray Antonio de Lugo desde que adoptara este nombre al ingresar en la Orden de San Jerónimo, acogándose a una antigua tradición de la misma.

Había nacido en Lugo el 13 de junio de 1918 como tercer hijo del matrimonio de Ángel Río Salazar, teniente de Infantería, y de Matilde Vilas, con quien se había casado

en segundas nupcias. Siempre guardaría un hondo afecto a su Galicia natal, en la que vivió hasta que el padre fue destinado a África. En 1931 la familia marchó a Madrid para los estudios de los hijos y el padre obtuvo el retiro del Ejército. De joven se hizo notoria su inquietud por los temas religiosos, se inscribió en Acción Católica y se matriculó en la Escuela de Periodismo de El Debate.

Al estallar el Alzamiento Nacional, fue llamado a filas por el Ejército republicano y se incorporó a él. Pero, como se identificaba con la causa del bando nacional, logró ser retirado a un hospital. Aquí fue casi descubierto por algunos compañeros de convalecencia de ideas izquierdistas cuando realizó una defensa de la Iglesia. A partir de ahí vivió una serie de peripecias: pasó una breve estancia en Valencia con dos hermanas y estuvo en una cheka madrileña. En el interrogatorio que se le había hecho, pudo ir solventando todas las preguntas con éxito, pero, llegada la cuestión clave, no negó la verdad: “¿Es usted católico?” “Sí, soy católico”. Esto significaba la muerte, si bien pudo escapar cuando iba camino de ser ejecutado. Luego consiguió unirse a la Falange clandestina y vincularse a la “quinta columna” nacional que operaba en la ciudad, con enorme riesgo de su vida.

Al término de la Guerra, en 1939, advirtió la vocación al sacerdocio e ingresó en el Seminario diocesano de Madrid. Allí mismo sintió la llamada a una vida de oración más intensa y a un apostolado universal desde lo escondido. Tuvo noticia de la restauración de la antigua Orden de San Jerónimo en el monasterio de El Parral (Segovia), donde entró en febrero de 1941. En poco tiempo hubo un grupo de jóvenes vocaciones y el 29 de junio siguiente, festividad de San Pedro y San Pablo, el Nuncio de la Santa Sede en España les impuso el hábito jerónimo. El 29 de junio de 1946, junto con otros ocho monjes, recibió la ordenación sacerdotal.

Pese a los buenos auspicios, se produjo una crisis en el seno de la comunidad y fue designado nuevo prior del monasterio para resolverla. Hubo de determinar la salida de algunos religiosos y afrontar una grave situación económica, pero se reemprendió el camino con gran entusiasmo, bebiendo de las antiguas fuentes jerónimas y acentuando la vida espiritual. Desde este período, trabó cada vez mayor relación con destacados prelados españoles que le mostraron siempre su apoyo: Ángel Herrera Oria, Casimiro Morcillo, José María García Lahiguera... y en los años siguientes Marcelo González, José María Bueno Monreal, José Guerra Campos, Laureano Castán... También inició una serie de contactos con altas autoridades del Estado, principalmente con el Jefe del Estado, Francisco Franco, y el almirante Carrero Blanco. Gracias a sus buenas gestiones y a la Dirección General de Asuntos Religiosos, obtuvo ayudas económicas considerables para la Orden en sus ramas masculina y femenina y para algunos conventos femeninos de otras Órdenes.

Puso todo su empeño en una pequeña fundación en Salamanca: una casa para monjes que realizarían sus estudios en la Universidad Pontificia. No aspiraba a emprender más fundaciones hasta que la Orden se consolidase, pero el ofrecimiento de antiguos monasterios jerónimos por parte del Estado le llevó a aceptarlos: en 1956 asumió la fundación de San Isidoro del Campo (Santiponce, Sevilla) y, a petición de la Madre Cristina de la Cruz de Arteaga a la Santa Sede, presidió el Capítulo de la Federación de las monjas jerónimas. En 1958 aceptó la restauración de San Jerónimo de Yuste, del que se convirtió en su primer prior. En 1964 se fundó Santa María de los Ángeles en Jávea (Alicante), del que igualmente fue hecho prior. En 1965 obtuvo el



magnífico monasterio de San Jerónimo de Granada, que de los monjes acabaría pasando a las monjas. En 1969 se celebró el I Capítulo General de la Orden restaurada y fue designado General de la misma. Acerca de la vida monástica jerónima promovió la elaboración de un hermoso libro elaborado por su antiguo profesor Antonio Ortiz Muñoz, *Los caballeros encerrados (monjes jerónimos)* (Madrid, 1961), y él mismo escribió un breve librito en género epistolar como “Un monje jerónimo”, titulado *Ven. Los hombres de hoy te necesitan* (Madrid, 1962).

Desde la segunda mitad de los años 70 y en los 80, Fray Antonio de Lugo pasó a una posición de segundo plano y fue quedando sin cargos en la rama masculina, pero mantuvo una situación destacada en la femenina por la confianza permanente de la M. Cristina de Arteaga. Precisamente por entonces, la crisis general de la Iglesia en el período posconciliar se unió a ciertas dificultades internas en la Orden y hubo de procederse al cierre de los monasterios de Santiponce y Jávea.

La línea de pensamiento del P. Lugo es claramente tradicional. Acogió con agrado las enseñanzas del Concilio Vaticano II acerca de la renovación de la vida religiosa, entendiéndolas desde la fidelidad a la Tradición y distinguiendo esta auténtica doctrina respecto de los errores de tendencia secularizante, especialmente venidos del Concilio Pastoral Holandés de 1970. Fue esto lo que le condujo a escribir uno de sus libros más importantes: *El santo propósito* (Madrid, 1979). Empezó entonces una importante labor apostólica y cultural impartiendo conferencias y mediante la redacción de artículos de tema espiritual para diversas revistas (*Iglesia-Mundo*, *Roca Viva*, *Vida espiritual...*) y periódicos (*El Alcázar* y luego *La Nación*). Algunos de estos artículos fueron recopilados en libros: *En tierra firme* (Madrid, 1981) y *Estirpe de Dios* (Madrid, 1982), ambos publicados por la Editorial Fuerza Nueva, con cuyo fundador, Blas Piñar, siempre guardó una estrecha amistad y afinidad de pensamiento. La misma editorial había publicado *El precio de una victoria* (Madrid, 1979), donde se recogían preciosos testimonios martiriales de los años de la guerra. En 1986 aparecería su último libro, *Sexualidad y madurez personal*, fruto de unas conferencias para jóvenes: el tema atrajo su atención por la desorientación creciente que estaban sufriendo las jóvenes generaciones, hacia las que él sabía exponer estos asuntos de forma clara y directa, sin complejos ni remilgos, pero con doctrina segura.

Desde el año 2002 permaneció definitivamente retirado en Yuste por motivos de agravamiento de su salud. No obstante, sus últimos días los pasó entre el monasterio de El Parral de Segovia, el Hospital de la Cruz Roja de Madrid y una residencia de religiosas para enfermos en San Sebastián de los Reyes (Madrid), donde murió el 9 de diciembre de 2009 a consecuencia de una neumonía.

## **EL MONASTERIO JERÓNIMO CORDOBÉS DE VALPARAÍSO: FUNDACIÓN Y PATRIMONIO PRIMITIVO**

*SOLEDAD GÓMEZ NAVARRO*

Este monasterio nace en 1405 cuando los jerónimos llegan a Córdoba de la mano del portugués fray Vasco y se instalan en un extraordinario y feraz paraje de la sierra cordobesa tres años más tarde, concretamente el nueve de julio de 1408, por los extraordinarios oficios en este sentido de su gran benefactora en la fundación y el patrimonio originario, doña Inés Martínez –o Martínez de Pontevedra, como también se la cita-, viuda del alcaide de los Donceles Diego Fernández, y de don Martín Fernández, hijo de ambos e igualmente alcaide de los Donceles y señor de la villa de Chillón. Dos hechos importantes marcan la incipiente vida de Valparaíso. Por un lado, la muy precoz denominación de “real” para el nuevo monasterio, no por fundación, pero sí por decisión de Juan II de Castilla, quien por su real cédula de doce de noviembre de 1440 recibió a todos los monjes de aquél y a sus sirvientes, familiares y paniaguados bajo su amparo y protección, guarda, seguro y defendimiento, imponiéndose gravísimas penas a quienes tal determinación contravinieran, como asimismo ratifica, en todos sus extremos, Isabel I el trece de diciembre de 1478, conjunción de decisiones monárquicas que permiten, pues, a Valparaíso intitularse “real” aun sin haber sido tal su fundación, como decía. Por otro lado, la supresión de la jurisdicción episcopal en 1492 por la concesión de Inocencio VIII a los jerónimos cordobeses a tal efecto para que quedaran libres y exentos de la tutela del Ordinario, y de que esta regalía gozasen todas las cosas que por derecho o en otro cualquier modo les pertenecieran o pudieran pertenecer, acción que sería de extraordinaria importancia para las decisiones económicas de los jerónimos de Valparaíso, quienes veían así terminar, en efecto, la jurisdicción episcopal que sobre el monasterio había existido desde 1408. El siglo XV sería así el inicio de un creciente, prolongado y sólido asentamiento y mantenimiento de Valparaíso en Córdoba y fuera de Córdoba, entre los cordobeses y no cordobeses, por más de tres siglos, como probaban el traslado de la iglesia de su lugar original al sitio donde se hallaba ya a comienzos del Setecientos, consagrada por el obispo de San Juan de Puerto Rico, el agustino fray Fernando de Valdivia y Mendoza, y el de Córdoba, Marcelino Siuri, y la asistencia a tal acto de alto número de prebendados y otras muchas personas de la mayor distinción, muestra, repito, de la alta consideración y estima alcanzadas y logradas por Valparaíso a esas alturas de su historia.

El contenido básico del patrimonio originario o primitivo de la fundación consistió fundamentalmente en ocho piezas rústicas diferentes, como son la huerta cercada y contigua al monasterio, que es la donada por doña Inés Martínez, y a la que su hijo añade un pedazo de tierra calma y huerta y otra huerta más; la Dehesilla o haza de tierra calma que se empezará a conocer o denominar como dehesa de Córdoba la Vieja; los montes reales; la dehesilla, fontanares, olivar y agua de la huerta de la Gitana; los diezmos de las huertas y tierras junto al monasterio; los doce cahíces de pan terciado; las veinticuatro fanegas de sal, y las casas-hospedería. Desde el principio, pues, elementos todos ellos más que suficientes para la explotación agropecuaria –agua abundante, por ejemplo- y la vida de la comunidad.

Esta aportación analizará el proceso de fundación del monasterio jerónimo cordobés de Valparaíso, así como el de la constitución de su patrimonio primitivo, atendiendo a su cronología, extensión, figuras jurídicas de conformación, modo predominante de gestión y principales benefactores.

## ÍNDICE

ANA DUARTE RODRIGUES, *Construindo o Paraíso. O Jardim do Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém*

ANTÓNIO HOMEM CARDOSO, *Os Jerónimos através da Fotografia*

FR.ANTÓNIO-JOSÉ DE ALMEIDA, OP, *O Credo na Arte: a Tapeçaria do Claustro dos Jerónimos de Belém, em Lisboa*

CÂNDIDO DOS SANTOS, *Cultura e Espiritualidade nos Jerónimos Portugueses*

EDITE ALBERTO, *O Mosteiro dos Jerónimos de Vale Benfeito: Contributos para o seu Estudo a partir do Processo de Extinção*

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS, *A Visão do Mundo nos Livros da Biblioteca do Mosteiro de Santa Maria de Belém*

FERNANDO ANDRADE LEMOS, CARLOS REVEZ INÁCIO, ROSA TRINDADE FERREIRA, JOSÉ ANTÓNIO SILVA, *A Simbólica das Fachadas da Igreja dos Jerónimos*

FERNANDO LARCHER, *Os Mosteiros Jerónimos Panteões das Casas Reais Hispânicas*

ISABEL MARIA RIBEIRO MENDES DRUMOND BRAGA, *Peregrinações e Milagres a uma Casa Hieronimita na Época Moderna: Portugal e o Mosteiro de Guadalupe*

JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, *Historiografía de la Orden de San Jerónimo*

JOAQUIM BASTOS SERRA, *Santa Maria do Espinheiro de Évora. Da Fundação aos Inícios do século XVI*

JOÃO FIGUEIRÔA REGO, «Centinela contra Judíos». *Os Estatutos de Pureza de Sangue e a Ordem de S. Jerónimo na Idade Moderna*

JOÃO DAVID ZINK, *Mudanças de Paradigma no Mosteiro de Santa Maria de Belém “A Linguagem dos Símbolos ad latera da Ordem de S.Jerónimo*

JOÃO LUÍS FONTES, *De Eremitas a Monges: os Caminhos da Institucionalização dos Jerónimos em Portugal*

JOSÉ ANTÓNIO OLIVEIRA, *Os Jerónimos e o Liberalismo em Portugal: Opções Políticas no Contexto das Ordens Regulares (1834)*

MADALENA COSTA LIMA, *Da Pena a Belém, A Conservação do Património Hieronimita entre o Grande Terramoto e o Limiar do Liberalismo: A Afirmação do Monumento Histórico e Nacional em Portugal*

MANUEL PEREIRA GONÇALVES, OFM, *Os Franciscanos no Santuário de N.S. de Guadalupe (antigo convento dos Jerónimos) no século XX*

MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO, *De São Lourenço do Escorial a Santa Maria de Belém: Portais Filipinos em Cenóbios Hieronimitas do Mundo Ibérico*

MIGUEL MONTEZ LEAL, *Da Extinção das Ordens Religiosas ao Restauro do Mosteiro dos Jerónimos por Giuseppe Cinatti*

MARIA TERESA DESTERRO, *A Eloquência do Discurso Imagético dos Portais do Mosteiro de Santa Maria de Belém, de Lisboa*

SOR MARIA TRINITAT CABRERO, OSH, e SOR PILAR ABELLAN, OSH, *La Federación Jerónima de Santa Paula*

PATRÍCIA ALHO, *O Ciclo da Água no Mosteiro de Santa Maria de Belém. Análise ao Sistema Hidráulico*

PAULA CARDOSO, *“Livros de Coro de Santa Maria de Belém” no Fundo da Biblioteca Nacional de Portugal*

PEDRO VELEZ, *Do Pensamento Político de Fr.Miguel Soares, OSA, no seu Tempo*

PILAR MARTINO ALBA, *Traductores de la Orden de San Jerónimo en los siglos XVII y XVIII*

SANTIAGO CANTERA MONTENEGRO, O.S.B., *Fray Antonio de Lugo: Semblanza y Pensamiento de un Jerónimo del siglo xx*

SOLEDAD GÓMEZ NAVARRO, *El Monasterio Jerónimo Cordobés de Valparaíso: Fundación y Patrimonio Primitivo*

### **Siglas de Instituições Académicas**

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CEHR / UCP – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa

CETRAD / Univ. Trás-os-Montes e Alto-Douro

CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística

CHAM/ FCSH-UNL-UAç – Centro de História de Aquém e de Além Mar / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

CIDEUS / UE - Centro Interdisciplinar de História Cultura e Sociedades da Universidade de Évora  
CIEBA/UL - Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa  
CLEPUL – Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
FC-UL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa  
FCSH –UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
FD /UNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
HISALEM – Historia Social de la Administración Local en la Época Moderna, Grupo de Investigação da Universidade de Córdoba  
IHA – Instituto de História de Arte  
IHM / FCSH-UNL – Instituto de História Medieval  
IPP – Instituto Politécnico do Porto  
IPT – Instituto Politécnico de Tomar  
SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa  
UAç – Universidade dos Açores  
UCP – Universidade Católica Portuguesa  
UE – Universidade de Évora  
UNL – Universidade Nova de Lisboa